

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA E DOMICÍLIO LEGAL DOS DOCUMENTOS

Ana Maria de Almeida Camargo¹

Transcrição e revisão: Ana Célia Navarro de Andrade²

NOTA

Esta é uma transcrição da fala de Ana Maria de Almeida Camargo no **I PRIMEIRO SEMINÁRIO DOCUMENTOS FORA DO LUGAR**, durante a Mesa 2 “História administrativa e domicílio legal dos documentos”. Devido a um imprevisto, a palestrante Ana Célia Rodrigues ficou impossibilitada de participar do evento, solicitando que Ana Maria de Almeida Camargo a substituísse nessa Mesa, que contou com a participação dos palestrantes Dilma Cabral e Josemar Henrique de Melo, e da mediadora Ana Andréa Vieira de Castro. A mesa pode ser assistida [aqui](#).

Bem, longe de mim pretender substituir Ana Célia Rodrigues nessa mesa que estava preparada já há algum tempo, contando com a participação dela. Eu gostaria apenas, sem essa pretensão de substituí-la, fazer referência a aquilo que a Dilma Cabral já mencionou na sua fala, que foi a iniciativa de 1996, de um seminário nacional, intitulado o primeiro e que foi o único também, I Seminário Nacional de Políticas Arquivísticas, cujo subtítulo mencionava acesso, jurisdição e domicílio legal de documentos.

O pretexto para a organização desse seminário foi a disputa pela reintegração de posse das atas da Câmara Municipal de Ouro Preto.

Ana Célia, nessa altura, era a diretora do Arquivo de Ouro Preto, tendo percebido as lacunas de vários

1 Professora sênior do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

2 Possui Doutorado (2019) e Mestrado (2000) em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação de Ana Maria de Almeida Camargo. Presidente da Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), membro do Conselho Consultivo dos Congressos de Arquivologia do Mercosul (CAM) e representante da ARQ-SP no Grupo de Trabalho das Associações de Arquivistas da Ibero-América (GTAII/ALA).



documentos, de várias séries documentais, não apenas das atas da Câmara, ela descobre que esses documentos estão no Arquivo Público Mineiro, portanto, longe do território de Vila Rica, ou de Ouro Preto, e faz uma reivindicação formal sobre aquilo que ela chamou de reintegração de posse desse material.

É claro que isso levou à organização do seminário. Várias pessoas se pronunciaram. Infelizmente, nunca houve atas publicadas do seminário. Seria importante que a gente providenciasse a divulgação de algumas dessas palestras que ainda ficaram nos arquivos pessoais da Ana Célia.

Nós tivemos a participação de Vicenta Cortez, que discutiu os aspectos jurídicos da questão; ela trabalhou juntamente com a peruana Aída Navarro sobre a diferença entre propriedade, posse, custódia, os aspectos jurídicos.

Jose Maria Desantes Guanter trabalhou também com essas questões jurídicas; ele é um grande jurista; faleceu logo em seguida a esse evento aqui no Brasil. Ele abordou questões interessantes e atuais, quer dizer, a configuração de entidades supranacionais: Comunidade Europeia, Mercosul e a questão dos arquivos que estão atuando, as instituições que atuam dentro desses grandes guarda-chuvas. É uma questão jurídica importante também para nós.

Heloísa Bellotto trabalhou reintegração de fundos; esse conceito também muito apropriado para a questão.

Enfim, eu queria que isso ficasse registrado, porque acho que ela [Ana Célia] falaria sobre esse episódio, sobre a consulta ao Conarq. Apesar de os arquivos públicos reivindicarem sempre autonomia, ou sua autoridade em relação às questões de arquivo, sempre cedem a determinadas entidades que estariam mais autorizadas para poder responder a certas demandas. No caso do Arquivo Público Mineiro, houve um recurso ao Conarq e um parecer de 5 páginas, que começa com uma longa digressão histórica sobre a criação da capitania de Minas Gerais, no começo de século XVIII, e desemboca num parecer negativo em relação a



pretensão de Ouro Preto, do Arquivo de Ouro Preto. O principal argumento foi tocado hoje pela professora Margareth Silva, na sua brilhante conferência de abertura do nosso evento, quando fala dos argumentos ligados ao uso secundário dos arquivos que iam para pesquisa histórica. O argumento Cabal do Conarq em relação a essa demanda foi porque o Arquivo Público Mineiro já tinha, então, todo um público de pesquisadores, de pesquisa acadêmica, e mudar essa situação ou retirar esses livros da custódia do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, seria então algo que dificultaria a pesquisa histórica.

Eu só queria assinalar esse episódio. É claro que eu não vou entrar aqui no mérito dessa questão.

Eu fui encarregada de fazer uma apreciação final do nosso seminário na segunda parte da tarde, amanhã; e então não vou me deter nas questões que foram levantadas.

A questão da territorialidade: acho que a Dilma colocou muito bem a importância da história administrativa. Se nós não conhecemos o passado das nossas instituições, nós não conseguimos resolver os problemas de domicílio, mas eu acho que esses argumentos todos que nós conseguimos mapear hoje, até agora, dentro do nosso seminário, são importantes para uma discussão mais atualizada do problema. Hoje, que temos recursos, um dos argumentos do Conarq foi de que as atas poderiam ser reproduzidas. Ouro Preto poderia ficar com uma cópia, microfilmada ou digital, dessas mesmas atas e, portanto, a questão do acesso estaria resolvida.

Nem sempre essa questão é o acesso. O caso que nós vamos enfrentar amanhã, que é o da devolução, da reintegração de posse de um documento da Paraíba que, por equívoco do passado, foi parar em São Paulo, por similaridade do nome, então, **Areia** da Paraíba foi confundido com **Areias** de São Paulo, e um livro de registro de terras foi parar no Arquivo Público de São Paulo, onde nunca foi consultado ao longo dessas décadas, desse século todo aí desde que os registros de terra foram incorporados aos acervos dos arquivos públicos estaduais.



Neste caso, a cópia é insuficiente, porque qualquer certidão - e esses documentos são suscetíveis a certidões até hoje; eles são comprobatórios de propriedade de terras, até hoje -; essas certidões só podem ser exaradas a partir de originais, portanto a cópia digitalizada não resolveria. Resolveria se nós estivéssemos apenas pensando no consulente pesquisador, no Historiador que está fazendo um estudo sobre as terras devolutas, sobre esses assuntos todos; história fundiária do Brasil. Então, esse tema foi suscitado naquela ocasião, já temos quase 30 anos da ocorrência dessa primeira discussão e acho que o tema volta hoje com outros elementos sem nunca, vamos dizer, destituir a história administrativa do seu grau de importância na ordem aí das nossas práticas arquivísticas.

Então, eu só gostaria de fazer essa nota em nome da Ana Célia Rodrigues que infelizmente não pôde participar. Certamente ela relataria esse evento, que foi bastante interessante na época, bastante polêmico; houve posições contraditórias como até hoje existem. Então, de qualquer modo, é um tema que nós devemos, qualquer dia, enfrentar mais seriamente.

Então, obrigada pela atenção. Não era minha intenção participar dessa mesa. Apenas para marcar essa presença ausente aqui da Ana Célia Rodrigues. Obrigada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bom, eu queria apenas reforçar as palavras da Dilma Cabral sobre a importância do tema, como nós devemos criar espaços para discutir, sobretudo em relação aos arquivos municipais, porque eles é que são o chão onde acontecem, onde os poderes todos atuam. Então, essa ideia de que o arquivo municipal seja melhor conhecido, sua história...

Até ia perguntar para Dilma, se houvesse tempo, se houve, com a República, alguma determinação geral para que os arquivos das antigas câmaras, que tinham moções executivas, passassem para as intendências e prefeituras, porque essa primeira grande



divisão de acervos, ela é toda pontuada de equívocos; nós encontramos na prática, por isso que eu também louvo aí a apresentação de Josemar, porque com exemplos concretos nós ilustramos muito bem as dificuldades que o arquivista encontra ao tentar classificar os seus documentos, quer dizer, nós vamos encontrar papéis com o timbre da Câmara Municipal durante muitas décadas depois da República proclamada; quer dizer, nós já temos funções executivas totalmente separadas das legislativas e, no entanto, os livros continuam a ser os mesmos, nós temos vários problemas aí de separação.

O caso de Ouro Preto é emblemático na medida em que o Arquivo conseguiu, de imediato, que os documentos municipais que estavam sob a custódia da Casa dos Contos e do Museu da Inconfidência, ambos órgãos federais, fossem imediatamente repatriados para o Arquivo Municipal. A dificuldade começou justamente em outro território; por isso que eu também considero que territorialidade é um conceito imposto aos conceitos arquivísticos. Ele é invocado, em alguns momentos para justificar, por exemplo, que documentos das Forças Armadas estejam nos municípios, nos arquivos municipais, porque as juntas de alistamento funcionam dentro da prefeitura e os documentos acabam ficando lá. E o princípio da territorialidade valeria desde que nós, ao arrumar esses documentos soubéssemos da sua origem institucional, mas eles continuam no município porque é onde as pessoas vão procurá-los. As pessoas não sabem os princípios arquivísticos e onde buscar, e nós temos inúmeros exemplos no Brasil de coisas fora do lugar exatamente pela má compreensão desses princípios todos, que são da nossa área.

Enfim, eu acho que essa iniciativa da Paraíba de promover esse seminário, ela é louvável em todos os sentidos, e nós devemos repetir esse evento para poder aprofundar essas questões que tanto importam pra nós e têm implicações, desdobramentos na identificação do material, nos quadros de arranjo que nós fazemos, que estruturam secretarias de governo que têm uma continuidade histórica muito longa e impactam qualquer



abordagem funcional dos documentos, quer dizer, então, nós temos uma série de desdobramentos dessa questão jurídica, de jurisdição arquivística, que vão se colocar nas nossas práticas diárias de identificação, elaboração de instrumentos de acesso e outros. Então, eu fico agradecida à audiência dessa mesa e fico à disposição de vocês. Obrigada.